



Londrina PR, de 02 a 05 de Julho de 2019.

**III CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:  
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS  
IV SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS  
III CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

Gestão de Políticas Sociais

**Do programa de braços abertos ao programa redenção: uma análise sobre as políticas públicas na cracolândia em São Paulo.**

Alessandra Medeiros<sup>1</sup>  
Geovane Borges Da Silva<sup>2</sup>  
Leonardo dos Santos Lindolfo<sup>3</sup>  
Viviane de Paula<sup>4</sup>

**Resumo:** Este trabalho tem como objetivo apresentar a forma como o poder público vem respondendo as demandas encontradas na cracolândia, em São Paulo, região rotulada com este termo, em função do grande número de pessoas em situação de rua, marcado pela adicção do álcool e outras drogas, especialmente o crack. Também apresentamos um resgate histórico da formação deste território e possíveis saídas para minimizar a situação. Para tanto, analisamos as intervenções governamentais nos últimos cinco anos, em especial, a municipal e estadual.

**Palavras-chave:** dependência química, pessoas em situação de rua, cracolândia

**Abstract:** This paper aims to present how the public power has been responding to the demands found in cracolândia, in São Paulo, a region labeled with this term, due to the large number of people in a street situation, marked by the addiction of alcohol and other drugs , especially crack. We also present a historical rescue of the formation of this territory and possible exits to minimize the situation. In order to do so, we analyze government interventions in the last five years, especially the municipal and state.

**Keywords:** chemical dependency, street people, cracolândia

---

<sup>1</sup> Assistente social, professora/Centro Universitário Assunção/UNIFAI e Doutora em Serviço Social/PUC-SP. E-mail: aless\_med@hotmail.com

<sup>2</sup> Orientador socioeducativo, estudante de Serviço Social/UNIFAI. E-mail: ngeovane.borges.g@gmail.com

<sup>3</sup> Orientador socioeducativo, estudante de Serviço Social/UNIFAI. E-mail: rooh.uniao-lete@hotmail.com

<sup>4</sup> Assistente Social, professora/Centro Universitário Assunção/UNIFAI e Doutoranda em Serviço Social/PUC-SP. E-mail: Viviane.canada@hotmail.com



## INTRODUÇÃO

Este artigo tem como objeto de estudo a análise das políticas públicas encontradas na região da cracolândia, São Paulo, que atendem a pessoas em situação de rua, em especial as que consomem o crack. Para tanto, inicialmente apresentamos um panorama sobre a segregação urbana, para enfim, caracterizarmos o território e as pessoas que lá permanecem.

Finalmente, analisamos as diferentes políticas que foram implementadas no local ao longo dos últimos cinco anos, para então, considerarmos a efetividade das ações que foram realizadas até o momento.

### I- SEGREGAÇÃO URBANA E A CRACOLÂNDIA: UM MUNDO PARARELO

Quem caminha na região da cracolândia pela primeira vez, tem a sensação de transitar por um universo paralelo, diferente de tudo o que pode já ter visto. Diversos sentimentos invadem os transeuntes que passam rapidamente pelas ruas, temendo assalto, ou mesmo a abordagem de alguma pessoa pedindo alimentos ou dinheiro. O que não imaginam é que são pessoas e que estas já podem ter vivido muitos tipos de violações de direitos, até chegarem até ali.

Tão próximos e tão visíveis - mas, ao mesmo tempo, tão distantes e tão invisíveis. É como se fizessem parte de uma outra nação, tivessem diferentes códigos, costumes, línguas. Amedrontam mais por serem tão diferentes e tão próximos, mesclando a visibilidade com a invisibilidade. A exclusão se presta como uma linha, em todo o "nosso" território, criando fronteiras imaginárias. (CHIAVERINI, 2007:09)

Para compreendermos inicialmente quem são essas pessoas que lá passam seus dias, faz-se necessário compreendermos os fenômenos que estão por trás dessas vidas, para muitos e para a mídia, perdidas.

[...] perda de raízes e situa-se no universo semântico dos que foram desligados, desatados, desamarrados, transformados em sobrantes e desabilitados para os circuitos básicos da sociedade. Não se trata, convém lembrar, de um estado ou condição, mas de um processo que é preciso perseguir para delinear suas transformações pois a questão social só pode ser equacionada através da perspectiva histórica. (KOWARICK, 2009:86)

É consenso identificar a situação vivida por estas pessoas como de extrema vulnerabilidade social, de exclusão social ou ainda relacionar a pobreza.



[...] pobreza é urbana não apenas porque a maioria dos pobres vive nas cidades e zonas metropolitanas, ou porque a reprodução da pobreza é mediada pela reprodução do modo urbano das condições de vida, através da dinâmica do mercado de trabalho, da natureza do sistema de proteção social e do pacto de coesão social que é, na verdade, o que estrutura o conjunto de relações e interações entre a sociedade civil, o Estado e o mercado. Ela também é urbana porque desafia a governabilidade urbana, exige dos governos locais, soluções rápidas e efetivas, inscreve no território da cidade marcas indelévels das contradições sociais que a reconfiguram e recontextualizam a cada momento. Ela é urbana porque cada vez mais as formas de regulação de pobreza são mediadas por compromissos instituídos no processo de construção da cidadania urbana. (LAVINAS,2003:02)

A esse respeito, Marques (2005:40) acrescenta que “o conceito de pobreza só pode ser entendido como uma construção social, já que as sociedades sancionam coletivamente o conjunto de bens e serviços ao qual todos os seus cidadãos devem ter acesso” (MARQUES,2005:40).

Esse mesmo autor aponta que analisar a pobreza urbana não é uma tarefa fácil, porque é um tema carregado de conteúdos ideológicos e é objeto de disputas acirradas entre atores políticos, pois seu reconhecimento social define a atribuição de benefícios e custos relativos ao desenvolvimento de políticas voltadas para combatê-la. Esclarece que são múltiplas as dimensões das situações de pobreza. (MARQUES, 2005:39)

Acrescenta, ainda, que:

Ao contrário de uma única forma de pobreza, portanto, podemos observar muitas formas variadas associadas a conjuntos de características sociais distintas ligados à composição familiar, à inserção no mercado de trabalho etc. A distribuição espacial dessas formas de pobreza aumenta ainda mais a complexidade, já que associa o acesso a bens, serviços e oportunidades de formas diferenciadas aos vários grupos sociais distintos, a partir de suas características. (MARQUES, 2005:41)

Percebemos, dessa forma, a heterogeneidade da pobreza. Todas as pessoas que vivem na cracolândia são iguais? Wanderley (2009:76) explica que desigualdade é um processo complexo e contraditório e vincula-se “[...] à cidadania política, à renda, ao acesso à justiça, à saúde, à escola, à cultura, ao lazer, à segurança etc”. A primeira conclusão deste trabalho, pode afirmar que as pessoas que vivem naquele território são diferentes e para saírem daquela condição precisam de encaminhamentos de acordo com suas necessidades e histórias de vida, inclusive tendo a dimensão territorial como um fator importante a ser considerado.



Esse elemento é importante porque, como as desigualdades sociais tendem a ser cumulativas, o território pode cumprir um papel importante em sua produção e reprodução, reforçando circuitos e cristalizando situações de pobreza e destituição, mesmo contra esforços em contrário desenvolvidos pelo Estado, por exemplo. (MARQUES, 2005:42)

Nesse sentido, a associação da desigualdade social a espaços territoriais remete-nos a desigualdades de acesso, ou seja, dentre as desigualdades sociais estão as desigualdades de acesso, que podem ser, por exemplo, o acesso ao mercado de trabalho e o acesso a políticas públicas.

Dois conjuntos principais de diferenciais de acesso estão aqui presentes – acesso ao mercado de trabalho (que gera oportunidades diferenciadas) e acesso às políticas públicas (que geram as amenidades e os serviços que caracterizam a vida urbana). Esses elementos influenciam fortemente as possibilidades de alcançar bem-estar individual e coletivo ou ingressar em situação de vulnerabilidade e pobreza, embora os dois tipos de acesso digam respeito a elementos diferentes. Nas palavras de Rúben Kaztman, o primeiro tipo de acesso se liga primeiramente “às estruturas de oportunidades”, enquanto o segundo se associa a parte do que Caroline Moser denomina “vulnerabilidade de ativos”. (MARQUES,2005:42)

Um exemplo de estruturas de oportunidades seria o sentimento de pertencimento a determinado grupo ou comunidade. Atrelado a esse, a ideia de ativos também complementa o exposto acima, uma vez que

[...] destaca que as áreas habitadas pela população de piores condições sociais têm sido sempre definidas pelos elementos que não possuem e não pelo que efetivamente têm. [Assim] tirar proveito dos ativos de uma dada população se torna a estratégia mais relevante de combate às situações socialmente precárias. (MARQUES, 2005:43)

Podemos perceber, dessa forma, que, mesmo em situações de extrema desigualdade social, seja por condições diferenciadas de acesso a serviços, podem ser diferentemente vivenciadas pelos grupos, de acordo com a maneira que se organizam e ainda como desenvolvem sentimentos de pertencimento e sociabilidade. Nesse sentido, autores trazem a discussão sobre a segregação territorial e ainda a função das redessociais.

A segregação territorial reduz o contato entre as pessoas, estreitando possibilidades e oportunidades, inclusive de construção de redes sociais capazes de potencializar a comunidade em suas relações internas e externas.

A segregação urbana é atribuída a algumas causas, segundo Marques (2005:45), dentre elas:



- A dinâmica econômica, o mercado de trabalho e a estrutura social, ou seja, tudo é pensado a partir dos interesses do sistema capitalista, agravando os padrões de segregação e as condições de vida das periferias;
- A dinâmica do mercado de terras, as ações dos produtores do espaço urbano e da produção de moradia: aqui apontam estudos dos incorporadores e suas lógicas e ainda a maneira como o mercado de terras distribui os grupos sociais e as atividades econômicas das cidades; O Estado e as políticas públicas: poder regulatório do Estado sobre o território das cidades, além da própria legislação de zoneamento, ou ainda o aumento do valor de determinadas regiões da cidade, pela construção de obras públicas, por exemplo, e a construção de conjuntos habitacionais socialmente homogêneos em áreas periféricas;
- A ordem jurídica brasileira e sua relação com nossa sociedade em suas dimensões de tradicionalismo, hierarquia social e preconceito: “[...] a segregação e a pobreza urbana são produzidas e reproduzidas pela lei e sua aplicação” (MARICATO apud MARQUES, 2005:48).

## II- PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA NA CRACOLÂNDIA:

Ao abordarmos o termo da peculiaridade da população em situação de rua, é necessário apreender e investigar o que diz a Constituição Federal de 1988 em relação à moradia e outros direitos que são cerceados, ou melhor, retirados à força de uma população totalmente brutalizada e empedrada e que muitas vezes não sabem que esses são direitos seus e universais e que o Estado como um mantenedor de tais direitos, os negligencia todos os dias.

art. 6º: são direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e a infância, na forma desta constituição, bem como a inclusão do direito à moradia e sua inclusão dos direitos sociais” (CF, 1988, artigo 6º)



É notório que as obrigações do governo para com a população em situação de rua em todo o Brasil são muito desvirtuadas daquilo que realmente deveria ser nas suas necessidades básicas.

Ao tratar de um ambiente muito divulgado pelas diversas mídias sociais há muitos anos, devemos entender um pouco da singularidade da região da cracolândia, de seus moradores e das pessoas em situação de rua. Por diversas vezes vemos na maioria dos equipamentos de informação a presença de um sensacionalismo, ou seja, uma associação daquela região a generalização de que todas as pessoas em situação de rua usam drogas e ainda, que toda a população que lá habita, faz uso de alguma substância psicoativa. Identificamos também o uso de termos pejorativos para denominar uma classe que, por muitas vezes não teve, pelo Estado, os seus direitos fundamentais garantidos, direitos esses de saúde, habitação, cultura, educação, entre outros diversos.

Ao falarmos sobre drogas é necessário aprendermos sobre do que, de fato estamos falando.

“Droga”, segundo a definição da organização mundial da saúde (OMS) é qualquer substância não produzida pelo organismo que tem propriedade de atuar sobre um ou mais de seus sistemas causando alterações em seu funcionamento. “Droga” não é por si só, boa ou má. (SENAD, 2015, p.115)

Evitar um julgamento e rótulo de pessoas que fazem uso de drogas, nos faz recorrer ao que diz Sérgio Nicastri:” Vale lembrar que todas as substâncias psicoativas têm o poder de provocar dependência. No entanto, há substâncias aparentemente inofensivas e presentes em muitos produtos de uso doméstico que possuem esse poder”. Drogas como o tabaco que pode causar infarto, AVE (acidente vascular encefálico), outro muito comum que podemos citar é a cafeína que pode ser classificada como uma droga e que causa dependência, e que muitos que usam essa substância passam por distúrbios de sono, ansiedade, alteração do humor e é também conhecido como um energético, ou seja, é usada para mudar o funcionamento normal de um sistema.

O preconceito exacerbado faz com que poucas pessoas e instituições queiram se preocupar com esse tipo de estudo, mas sim optam por vulgarizar o crack, que é totalmente rotulado por ser usado em um lugar periférico, por pessoas de classe econômica mais baixa e por estar sendo comercializada e usada na região que muitos querem ver o fim, denominada há quase 30 anos como cracolândia.



A rua acolhe aquele que não é acolhido peça política pública. Na cracolândia, que abriga pessoas de vários Estados, etnias, gêneros, religiões, formações e de certa maneira encontram o pertencimento não identificado em outras regiões e ainda outras situações.

O que devemos ressaltar é que o uso do crack, especificamente, não é o estopim de vulnerabilidade social de uma pessoa, devemos considerar o processo histórico vivido, contextos sofridos, inclusive de violência verbal, até violência física/sexual, e que esse estado de vulnerabilidade se potencializada pela adicção de diversas substâncias psicoativas, mas não exclusivamente, já que, como vimos, a falta de políticas públicas para atender esse público, somada a vários contextos de exclusão, até o próprio desconhecimento sobre o que é droga, contribuem para que essas pessoas se tornam adictas.

Sobre o uso do crack, se faz necessário conhecer como essa substância age nas vidas e nos comportamentos, bem como no sistema de uma pessoa adicta.

A dependência se relaciona a problemas pessoais, familiares e sociais bastante graves, onde há uma proporção maior de uso intenso e de aumento da fissura entre aqueles que usam crack". Fumar crack é a forma mais fácil de fazer com que a droga chegue ao cérebro, com isso a ação é a mais rápida dentre qualquer outra droga, levando de 10 a 15 segundos para ocorrer os primeiros efeitos (SENAD, 2015, p.187)

Para entender mais sobre a ação do crack, é necessário fazer uma apreensão de como a droga chega ao cérebro e como age e como são produzidas as sensações.

O uso do crack estimula uma área no cérebro, a mesma que é ativada quando existe na pessoa uma satisfação sexual ou de quando se bebe água quando tem sede. Esta é uma das principais regiões envolvidas com os quadros de dependência, com o uso do crack essa região é estimulada enormemente. Os efeitos da droga aparecem imediatamente após o primeiro uso, efeitos esses como: aceleração do coração, agitação psicomotora, dilatação das pupilas, sudorese e tremor muscular, perda da sensibilidade e esta aí o porquê de perder a libido, o cuidado com a saúde e corpo.(SENAD, 2015, p.191)

Tratando-se da singularidade dessa população que vive na região da Cracolândia, vale salientar que na gestão do ex- prefeito Fernando Haddad, foi criado o projeto "De Braços Abertos", projeto Intersectorial, voltado para a redução de danos para a população adicta de substâncias psicoativas, dando-lhes a oportunidade de trabalhar, ter acesso à saúde, à assistência social, bem como moradia e garantia de direitos que outrora lhes foram cerceados. Este programa foi fundado com base, do que foi feito em Vancouver, no Canadá onde eram



distribuídos insumos para que as pessoas com vulnerabilidade social não viessem a se contaminar com outras doenças ao, por exemplo, dividir seringas e cachimbos.

Especificamente no Brasil, na região da cracolândia adotou-se essa política de redução de danos, o que no começo não foi muito bem aceito por grande parte da sociedade, pois nas pesquisas se referiam muito sobre a apologia ao uso de álcool e outras drogas, paradigma esse que foi logo quebrado pelos resultados que o programa ofereceu. “Segundo um estudo de pesquisa feito pela prefeitura da cidade de São Paulo, sobre o programa, notou-se que: 87% dos usuários reduziram o seu uso de substâncias psicoativas, 65% retomaram o vínculo familiar, 85% aderiram à frente de trabalho oferecido pelo projeto citado”. Mais um ponto que podemos citar é que essa parceria também tinha a participação da Segurança Pública, principalmente de Guardas Civis Metropolitanos (GCM), que faziam um curso de Mediadores de Conflito para poder agir nas múltiplas questões que esse território de altíssima complexidade apresenta.

A gestão João Dória não se preocupou em manter esse programa e desde que tomou posse trouxe polêmica a respeito da abordagem que realizaria na cracolândia. Em 21/05/2017, o prefeito tomado de interesses voltados aos grandes magnatas da cidade de São Paulo, realizou uma operação totalmente higienista, voltada a limpar, de fato, toda população da cracolândia, uma limpeza social, para que aquela região seja um modelo da especulação imobiliária. Sendo assim, com um discurso de prender traficantes na região, mobilizou aproximadamente 500 policiais, sendo muitos do GOE (grupo de operações especiais), atiradores de elite, canil e tropa de choque, não vendo que existiam pessoas naquele local. O prefeito juntamente com a Segurança pública invadiram a região, entrando em casas e pensões sem mandato, tomando objetos pessoais como cobertor e roupas dessa população que vive com seus direitos diariamente cerceados, direitos esses que são garantidos na constituição.

Ignorando as políticas já implementadas naquela região, o prefeito e suas secretarias, terminaram sem aviso prévio com o projeto que havia sido implantado pelo governo anterior, deixando claro que para a atual gestão da cidade, o trabalho com as pessoas, usuários e beneficiários do programa não importava muito, mas sim o seu projeto pessoal de deixar a cidade de São Paulo revitalizada e mais linda, como disse em diversas entrevistas e no seu plano de governo.





O governo de João Dória, implementou o projeto de nome Redenção, que visa a internação, por muitas vezes compulsória, não deixando que o indivíduo escolha a forma pela qual quer ser tratado (isso se quiser ser tratado). Sendo assim, o tratamento forçado desses usuários que estão em situação de rua na região da Cracolândia, deixou claro como o governo atual é higienista, destacando também que tal ação teve a participação do governo do Estado de São Paulo, ex-Governador Geraldo Alckmin, pois ambos visavam novos cargos políticos, e desejariam ter em seus currículos o fim da Cracolândia, um salto político para uma futura candidatura. Ainda existe a fala de internar compulsoriamente os adictos de substâncias psicoativas, mais especificadamente os usuários de crack na atual gestão Bruno Covas.

internação compulsória é determinada pela justiça: de acordo com a legislação vigente, a internação compulsória é determinada pelo juiz competente, que levará em conta o laudo médico especializado, as condições de segurança do estabelecimento, quanto à salvaguarda do usuário, dos demais internados e funcionários. (ANVISA, 2011)

Mesmo com todas essas explicações, ainda insistem em fazer internações sem laudo médico, sem instituições que atendam todas as patologias referentes à saúde de cada caso singularmente, não respeitando o direito de escolha de cada usuário.

Tratamento da dependência de drogas, direitos humanos e dignidade do paciente, explicita que o direito de autonomia e autodeterminação, o combate ao estigma, preconceito e à discriminação e ao respeito aos direitos humanos devem ser observados em qualquer estratégia de tratamento para a dependência de drogas. Este documento também recomenda que o tratamento não deve ser forçado aos pacientes. A internação compulsória é considerada uma medida extrema, a ser aplicada apenas a situações excepcionais de crise com alto risco para o paciente ou terceiros, e deve ser realizada em condições e com duração especificada em lei. Ela deve ter justificativa clara e emergencial além de caráter pontual e de curta duração. (DOSSIÊ CRP, 2013/2016, p.14)

Neste contexto, emergiram-se na região da Cracolândia movimentos de militância e resistência, contra as inúmeras barbáries que os governos higienistas da cidade e do Estado de São Paulo. Tais grupos buscam fazer vigílias diárias com o intuito de denunciar as várias agressões depois da ação do dia 21/05/2017, (como já foi citada), quando pessoas viram de perto tudo o que essa população marginalizada sofre em cada ação proposta, mesmo sabendo que tal ação deveria ser feita pela secretaria de saúde pública e o acolhimento feito pela política de assistência social. Tais grupos denominam-se como A Craco Resiste e Sem Ternos fazendo assim uma provocação de resistência e de vestimentas que são usadas por uma classe



que é denominada burguesa, higienista e preconceituosa. Para nós, o presente momento, é de desafios para que nos tornemos uma sociedade mais justa.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Podemos concluir a partir dos dados apresentados que as políticas públicas adotadas na região da cracolândia em São Paulo, ainda não ganharam status de uma ação permanente e efetiva sendo encaradas como política de governo, mudando de acordo com o entendimento e direcionamento de cada governante ou partido político.

Quem vem perdendo e sofrendo com esta situação são as pessoas que residem no local, que, além de viverem segregadas da sociedade, não recebem intervenções adequadas relacionadas a saúde pública, já que as principais respostas vem sendo dadas pela segurança pública, com vistas a coibirem as pessoas no local.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:**

CHIAVERINI, Tomás. Cama de cimento: uma reportagem sobre o povo das ruas. Rio de Janeiro: Ediouro, 2007.

CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA SP. Relatório de inspeção de Comunidades Terapêuticas para usuárias(os) de drogas do Estado de São Paulo. Mapeamento das violações dos direitos humanos. 2013-2016.

CONSTITUIÇÃO DA REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. 1988.

KOWARICK, Lúcio. Viver em risco: sobre a vulnerabilidade socioeconômica e civil. São Paulo: Ed. 34, 2009.

LANDIM, Leilah. Para além do mercado e do Estado? Filantropia e cidadania no Brasil. Rio de Janeiro: ISER, junho 1993.

LAVINAS, Lena. Documento de Base URB-AL 10. Rede URB-AL 10 Luta Contra a Pobreza Urbana / Documento de Guia. 2003.



Londrina PR, de 02 a 05 de Julho de 2019.

MARQUES, Eduardo. Elementos conceituais da segregação, da pobreza urbana e da ação do Estado. In: MARQUES, Eduardo; TORRES, Haroldo (Orgs.). São Paulo: segregação, pobreza e desigualdades sociais. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2005.

Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas. Integração de competências no desempenho da atividade judicial com usuários e dependentes de drogas / coordenação: Arthur Guerra de Andrade; coordenação da Faculdade de Medicina: Camila Magalhães Silveira; coordenação Faculdade de Direito: Rogério Fernando Taffarelo; Coordenação pedagógica: Erica Rosanna Siu; supervisão técnica: Vitore André Zílio Maxiniano. – 2ª Ed. – Brasília: Ministério da Justiça, Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas, 2015.

WANDERLEY, Luiz Eduardo. São Paulo, cidade global emergente? In: WANDERLEY, Luiz Eduardo; RAICHELIS, Raquel (Orgs.). A cidade de São Paulo: relações internacionais e gestão pública. São Paulo: EDUC, 2009.